



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 90/2017, que “Altera o art. 4º do capítulo I da Lei Municipal nº 2563/2007, que trata do pagamento de despesas pelo regime de adiantamento e reembolso e dá outras providências.”

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o projeto de lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de projeto de lei inerente à matéria financeira, no que tange ao pagamento de despesas pelo regime de adiantamento e reembolso aos servidores públicos municipais que compõem o quadro de funcionários do Poder Executivo Municipal, o qual foi lido na sessão ordinária de 01 de agosto de 2017.

É o sucinto relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece em seu art. 106, §1º, incisos IV e V, a competência exclusiva do Prefeito à iniciativa dos projetos de lei que importem em aumento de despesas ou diminuição de receita; e sobre matéria financeira.

Por outro lado, o art. 68 da Lei 4.320/64 preconiza que “*o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na*



CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344
CEP 84500-000 - Irati - PR

dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação”.

Acerca das indenizações, Marçal Justen Filho escreve:

O pagamento regular e institucionalizado de indenizações depende de autorização legislativa. As indenizações, tais como a ajuda de custo, a diária pelo deslocamento a outros locais, e o transporte (previstas no art. 51 da Lei nº 8.112), não podem ser transformadas em forma de remuneração do servidor, sob pena de submissão ao regime correspondente.

Destarte, o pagamento de despesas pelo regime de adiantamento e reembolso está previsto na Lei Municipal nº 2563/2007, e depende de dotação orçamentária para ser realizado.

A proposição estabelece que não serão concedidos valores superiores à média do semestre anterior concedido ao Chefe do Executivo.

Conforme a justificativa do proponente, o projeto de Lei em comento visa reformular o art. 4º do Capítulo I da Lei Municipal nº 2563/2007, ajustando as necessidades de economicidade, equilíbrio e controle da gestão.

Diante do exposto, conclui-se que a proposição preenche os requisitos legais e constitucionais e está apta a ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 07 de agosto de 2017.

EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)